

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local



ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL AD ELO 2030

NOME BENEFICIÁRIO	AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
NIFAP	7165093
DESIGNAÇÃO	DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

ÍNDICE

1. Caracterização da entidade proponente	1
2. Caracterização da parceria	1
3. Envolvimento das comunidades locais.....	2
4. Caracterização do Território de Intervenção	2
5. Diagnóstico do Território de Intervenção.....	3
5.1. População	3
5.2. Economia e emprego	3
5.3. Recursos naturais e culturais	4
5.4. Produção, infraestruturas e serviços básicos.....	5
5.5. Transição energética e digital.....	5
5.6. Sustentabilidade e clima.....	5
5.7. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil.....	6
5.8. Análise SWOT - resumo.....	6
6. Identificação dos principais desafios de desenvolvimento.....	7
7. Estratégia de Desenvolvimento Local	8
7.1. Macro Estratégia	8
7.2. Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030	12
8. Articulação da Estratégia de Desenvolvimento Local	14

1. Caracterização da entidade proponente

A AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego assume-se como Grupo de Ação Local (GAL) responsável pela implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) tipologia Rural, denominada DLBC/Rural - LEADER AD ELO 2030. A apresentação ao reconhecimento da AD ELO como GAL resulta de um trabalho contínuo de 29 anos, assente numa parceria consolidada e dinâmica que garante a representatividade do setor público e privado do Território de Intervenção (TI), tendo alcançado resultados extremamente positivos nos diferentes períodos de programação. A AD ELO é caracterizada como uma associação privada sem fins lucrativos, constituída ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil, e assim enquanto GAL e Entidade Gestora (EG) cumpre os termos da alínea a) do nº 3 do Aviso de Concurso nº02/Operação10.1.1/2023. Desde a sua criação (1994) foi promotora de várias iniciativas que têm contribuído, através de uma participação alargada, para a valorização dos recursos existentes em termos locais e regionais. Nestes 29 anos, pela ação da AD ELO, foram captados mais de 55M€ que alavancaram mais de 75M€ de investimento, permitindo a criação de mais de 450 postos de trabalho em micro e pequenas empresas da região. Em resumo, apresentamos o currículo da AD ELO, enquanto entidade que implementou projetos e desempenhou funções de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local:

- GAL e EG das Iniciativas: LEADER II, LEADER +, Eixo 3 – PRODER e DLBC/Rural - LEADER AD ELO (Nota: em todos as iniciativas referidas a AD ELO comprometeu e executou acima dos 100% tendo em conta os valores inicialmente contratualizados);
- EG do GAC Mondego Mar (2007-2013) e DLBC/Costeiro (2014-2020);
- Desenvolvimento de projetos locais de Intervenção e Inovação Social (Centro Comunitário do Canedo / CLDS / VirtuALL / PO APMC / iniciativas territoriais do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (1998 - 2004));
- Formação Profissional, tendo sido promotora de vários planos de formação;
- Cooperação: tem vindo a desenvolver vários projetos, assumindo especial relevância os apoiados pelo INTERREG e os integrados na Abordagem LEADER.

A construção da EDL subjacente à presente candidatura dá continuidade a este histórico de trabalho na medida em que conta com uma estrutura de recursos humanos que possui uma larga experiência e contempla áreas de formação diversificadas, o que contribuirá para uma estratégia de desenvolvimento multidimensional, integrado e territorial, assente nos mecanismos de financiamento possíveis de mobilizar.

2. Caracterização da parceria

O DLBC na sua própria denominação tem implícita a metodologia de construção de intervenção no sentido “bottom-up” promovido pelas comunidades locais. Neste sentido, a Assembleia Geral da AD ELO, enquanto órgão onde estão representados todos os associados, designou a AD ELO como EG para a implementação da EDL, tendo criado no âmbito das suas competências a organização funcional subjacente à governação do DLBC/Rural LEADER - AD ELO 2030, que comprehende a seguinte estrutura:

- Grupo de Ação Local (GAL): a AD ELO que inclui os seus associados (18 entidades);

- Entidade Gestora: AD ELO;
- Órgão de Gestão DLBC/Rural LEADER - AD ELO 2030 (OG): Este órgão, nomeado em Assembleia-Geral, será composto por 7 entidades representativas da parceria:
 - ✓ Setor público: Municípios (2 = 28,5%);
 - ✓ Entidades ligadas ao setor agrícola (2 = 28,5%);
 - ✓ Instituições económicas e financeiras (1= 14,5%);
 - ✓ Entidades que desenvolvem ações no âmbito da inovação, formação profissional, do apoio social, cultural e recreativo (2 = 28,5%);
- Estrutura Técnica Local (ETL): Constituída no âmbito interno da AD ELO pelos seus quadros com maior experiência acumulada das iniciativas anteriores;
- Observatório Local (OL): Constituído de formal operacional por técnicos da ETL e instituições externas, irá desenvolver os mecanismos de acompanhamento, monitorização, reflexão estratégica e avaliação numa lógica participativa.

Nota: Na parceria estão representados os setores mais relevantes para a concretização da EDL, nomeadamente Setor público / Administração local, Instituições económicas e financeiras, entidades ligadas ao setor agrícola, inovação, formação profissional e juventude, apoio social, ação cultural, preservação do património e ambiente, turismo e valorização dos produtos locais a ainda atividades recreativas e desportivas. Em relação ao período de programação anterior a parceria registou saídas e entradas, sendo que em termos absolutos se verificou um aumento do número dos seus membros (de 16 passou a 18), tendo igualmente aumentado os setores abrangidos, nomeadamente pela inclusão na área da Inovação e investigação através do associado BIOCANT- Associação de Transferência de Tecnologia.

3. Envolvimento das comunidades locais

Dando continuidade ao modelo de atuação vigente, a AD ELO preconizou para o presente exercício estratégico uma metodologia de trabalho participativa, inspirada na abordagem LEADER, dando cumprimento aos seus sete pilares fundamentais, renovados e reforçados pela abordagem local de base comunitária que integra as premissas de densificação da participação e diversificação das entidades mobilizadas. Com base nos princípios e pressupostos supramencionados, a AD ELO iniciou, em julho de 2022, um processo de revisitação dos pressupostos da EDL para a construção/definição da EDL AD ELO 2030, realizando diversos momentos de auscultação e recolha de contributos, optando-se por formatos distintos, tendo em consideração os objetivos e o público alvo (evidências na documentação anexa ao processo de candidatura).

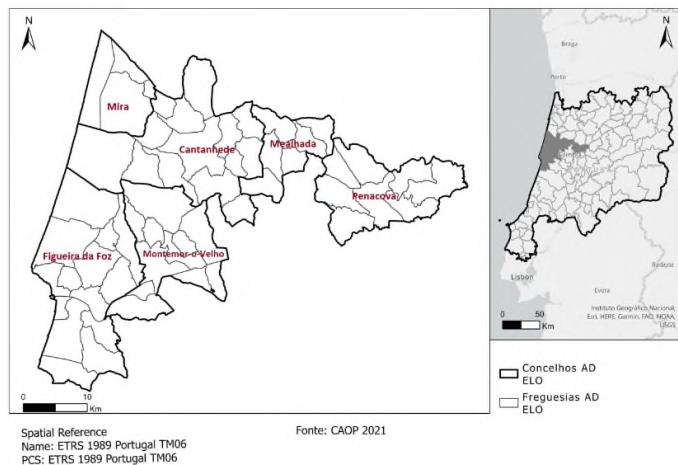
4. Caracterização do Território de Intervenção

O TI da AD ELO engloba os concelhos de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova, com uma área de 1.450,3 km², integrada na sua totalidade na NUTIII Região de Coimbra, tendo uma densidade populacional de 111,91 habitantes/km². De acordo com os resultados do Censos (2021) nos concelhos constituintes do TI da AD ELO residiam 162.308 habitantes, integrados em 57 freguesias rurais que, para efeito desta candidatura, são integralmente contempladas, respeitando assim os termos do aviso de concurso. O posicionamento geoestratégico do território (Centro de Portugal) e o quadro de acessibilidades, nomeadamente rodoviárias e

ferroviárias situam o TI num quadro regional entre os pólos urbanos de Coimbra, Aveiro e Leiria, assumindo características rurais e periurbanas com uma frente marítima significativa.

Nota: Em comparação com o anterior período de programação (2014-2020) o TI sofre um acréscimo de 3 freguesias e 20.078 habitantes, correspondendo a um aumento de 14% da população abrangida, indo ao encontro das premissas deste concurso – aumento da escala e resposta a todas as freguesias classificadas como rurais.

Área de Intervenção



Fonte: CAOP 2021

Spatial Reference
Name: ETRS 1989 Portugal TM06
PCS: ETRS 1989 Portugal TM06

5. Diagnóstico do Território de Intervenção

O ponto 5 está caracterizado no formulário de candidatura sendo assim apresentado de seguida em resumo e de forma complementar aos conteúdos da plataforma.

5.1. População

No TI residiam (2021) 162.308 habitantes, tendo-se verificado uma perda populacional de 6,2% entre 2011/2021, sendo que 60% da população estava em idade ativa, um valor ligeiramente inferior ao registado em 2011 (64%). Da análise dos indicadores demográficos verifica-se que o TI da AD ELO tem uma taxa de crescimento natural negativa de -0,79%. Relativamente ao indicador “taxa de crescimento efetivo” que conjuga o crescimento natural e migratório, observam-se, nos últimos anos, valores positivos, o que demonstra que a atração de migrantes tem vindo a mitigar esta perda de população. Esta situação deve-se aos fluxos migratórios internos (nacionais), mas também o progressivo crescimento da população estrangeira, essencialmente associado aos reformados estrangeiros que optam pela reabilitação de casas em freguesias rurais e à população estrangeira que trabalha na indústria e agricultura, sendo que a conjugação destes dois fatores poderá ser determinante para evitar o quadro demográfico regressivo.

5.2. Economia e emprego

Tendo como base os indicadores referentes ao tecido económico, verifica-se que, em resumo, se assistiu a um aumento do número de empresas, do pessoal ao serviço das empresas, e do volume de negócios, sendo que se pode ainda sublinhar os seguintes aspetos:

- O volume de negócios/empresa regista um crescimento sustentado (253.200€);
- O volume de negócios/trabalhador registou um ligeiro decréscimo de 3% (94.778€);
- O número de trabalhadores/empresa mantém-se estável, rondando os 3 postos de trabalho e demonstrando a escala “micro” empresarial predominante;
- O maior empregador (com 21% do pessoal ao serviço) é o setor das indústrias transformadoras (CAE C) que é igualmente o que regista maior volume de negócios.

Em termos absolutos verifica-se, ainda, uma dinâmica empreendedora com algumas fragilidades, dado que o indicador “sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes e que ainda se mantêm em funcionamento” sofreu uma diminuição (-5,4%), um cenário também observado, em igual período, nos indicadores “nascimentos de empresas” (-21,2%) e “morte de empresas” (+4,8%). Ao nível das importações/exportações, a análise aos principais indicadores (ano de 2021), revela aumentos nos volumes de bens transacionados, com um saldo positivo devido à representatividade das exportações (impacto das indústrias de produção de papel e de pasta de papel existentes no território). Considerados os dois Censos verifica-se uma redução evidente da taxa de desemprego. Na análise dos rendimentos são de especial importância as transferências sociais [pensões, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção (RSI)] uma vez que estamos perante um território com um perfil demográfico envelhecido. As pensões de velhice são a tipologia mais expressiva, facto associado ao perfil etário da população. Verifica-se um aumento do valor médio das pensões (15%) entre 2014 e 2020. Por sua vez, a proporção de beneficiários de RSI era, em 2020, de 1,6%, valor mais baixo que os registados nas restantes escalas de análise. Conclui-se que os valores das prestações sociais e o quantitativo demográfico que as têm como único rendimento (63.134 pessoas em 2020, o equivalente a 39% da população) revela fragilidades socioeconómicas uma vez que estão abaixo do fixado como sendo o limiar de risco de pobreza, 6.653€ em 2020 (INE). O cenário apresentado tem impacto no poder de compra, sendo este indicador, no último ano disponível (2019), mais reduzido nos concelhos do território da AD ELO do que nas restantes escalas territoriais – nacional (100), regional (88,7) e sub-regional (93,6).

5.3. Recursos naturais e culturais

A paisagem natural e urbana do TI é fortemente marcada pelo rio Mondego, que atravessa os municípios de Penacova, Montemor-o-Velho e desagua na Figueira da Foz, pela estrutura costeira que abrange os municípios de Figueira da Foz, Cantanhede e Mira, pelo conjunto constituinte da Bairrada, envolvendo os Municípios Cantanhede e Mealhada, e pela zona mais montanhosa que atravessa os Municípios de Mealhada (Mata do Buçaco) e Penacova. Existem 85 imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público e de Interesse Municipal. De referir ainda, a existência de sete imóveis classificados como Monumento Nacional (MN): Capela de Varziela (Cantanheude); Monumentos da Serra da Brenha e Pelourinho da Figueira da Foz (Figueira da Foz); Palace Hotel do Buçaco e mata envolvente (Mealhada), Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e o Castelo de Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho); Mosteiro de Lorvão (Penacova). Tendo como foco a valorização do rico património natural, cultural e geológico, encontra-se em curso o projeto de criação do “Geoparque do Atlântico”, promovido pela AD ELO com um conjunto alargado de entidades, visando a sua valorização e classificação como geoparque da rede mundial de geoparques da UNESCO.

5.4. Produção, infraestruturas e serviços básicos

No TI existe um forte ecossistema de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento económico, constituído por um conjunto diversificado de entidades e infraestruturas, das quais destacamos o BIOCANT Park e o MAREFOZ, como entidades do sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, os parques industriais em todo o TI para acolhimento empresarial e as entidades de ensino profissional e formação que contribuem para o aumento das competências locais. Ao nível produtivo e observando mais em pormenor o setor agrícola, que se constitui com um dos mais significativos ao nível da produção local, podemos registar que a orientação técnico-económica das explorações agrícolas, na sua maioria, tem vindo a especializar-se, onde a produção de cereais, fruta, hortícolas assumem especial relevância. Existe ainda uma percentagem igualmente importante de explorações agrícolas com potencial de especialização produtiva na área da pecuária especializada, nomeadamente no gado bovino e suíno. A porção de explorações com potencial de especialização produtiva na área das culturas permanentes, muito especialmente a vinha, assume especial preponderância no território incluído na Região Demarcada da Bairrada, concentrando valores expressivos de produção vitivinícola. A área da floresta está dispersa por todo o TI sendo um importante recurso económico. Existe uma cobertura razoável ao nível das respostas sociais, tendo sido identificado um problema estrutural relativo à necessidade de melhoria e adaptação das instalações e serviços na área da educação, respostas sociais e cuidados primários de saúde, de forma a melhorar a qualidade desses ao nível local.

5.5. Transição energética e digital

No domínio energético, a análise da situação atual do TI da AD ELO e da evolução ocorrida entre 2016 e 2020, permite aferir que o consumo energético do território foi, em 2020, de 61,6% do total de consumo da Região de Coimbra, correspondendo a um ligeiro decréscimo de 0,4% face ao consumo de 2016 (o impacto COVID poderá explicar parte desta redução). Este elevado consumo está associado à presença de indústrias pesadas no TI. A pandemia COVID-19 veio dar um contexto a novas abordagens de trabalho (teletrabalho, digitalização de processos, etc.) e de negócio (vendas online/plataformas de comércio eletrónico), sustentadas em serviços de internet que, se adequados e acessíveis a todos, podem ser a alavanca de desenvolvimento e de fixação/atração de população e investimento. Neste ponto, é prioritário o investimento associado ao aumento das competências digitais, mas também a cobertura integral do território ao nível das redes internet (existindo muitas áreas com fragilidades evidentes de cobertura).

5.6. Sustentabilidade e clima

O perfil climático do TI não regista um índice de seca com variações significativas. No entanto, existe alguma vulnerabilidade a fenómenos extremos como os incêndios, associada a manchas continuas de mono-espécie florestal, que contribuíram de forma significativa para os grandes incêndios rurais de 2017. Analisados os dados relativos à recolha dos resíduos urbanos e à sua valorização/destino, registou-se uma mudança negativa dado que o principal destino passou a ser o aterro (representando 59,1% do total do TI da AD ELO). Existe ainda um aumento de emissões Gases com Efeitos de Estufa (GEE), o que aponta para uma necessidade premente de se efetuarem investimentos significativos que possam inverter esta situação, nomeadamente a aposta na transição

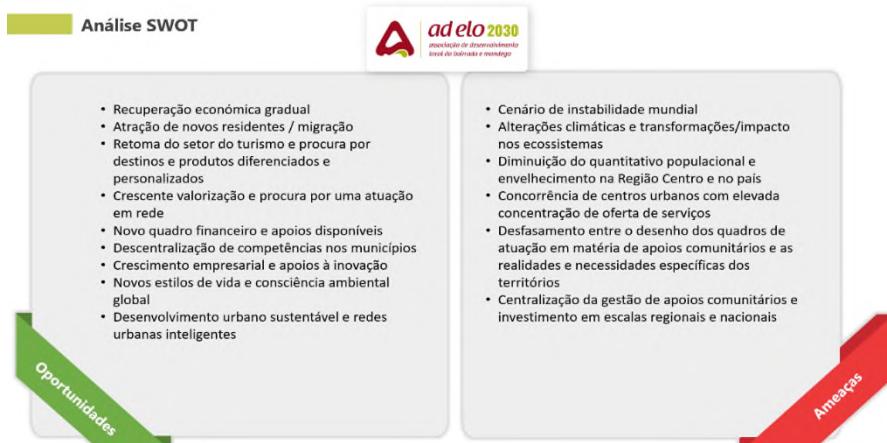
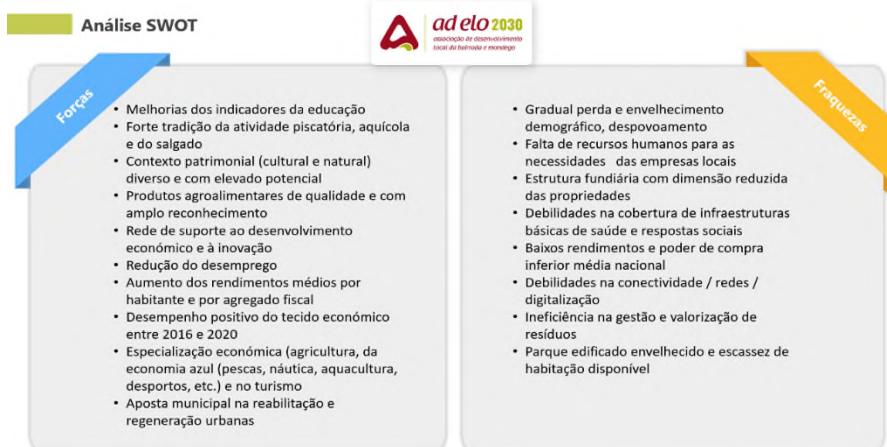
energética para fontes renováveis, o aumento da recolha seletiva dos resíduos, a transição para um sistema de mobilidade urbana multimodal sustentável e a adoção de medidas de adaptação para a descarbonização (viaturas elétricas).

5.7. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Um modelo de desenvolvimento que pretenda impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável tem que ter como suporte um conjunto de pilares alicerçados às características de cada território que trespassam as seguintes dimensões: as empresas (economia), a administração (decisores públicos), academia (conhecimento e investigação) a sociedade civil (os cidadãos, a cultura, a arte e identidade) e o próprio território, enquanto dimensão de repositório que interliga todas as vertentes anteriores. A experiência acumulada com a interação com a comunidade e agentes de desenvolvimento local mostrou a importância e pertinência de trabalhar numa escala local, onde a colaboração entre universidades/centros de investigação, empresas, administração e sociedade civil, permite uma resposta mais personalizada aos desafios específicos do TI da AD ELO. Prosseguindo estes princípios, a AD ELO participa na complexa malha institucional regional, tendo participações diversas, quer numa dimensão mais informal e colaborativa, quer em redes e entidades formais que envolvem várias tipologias de entidades.

5.8. Análise SWOT - resumo

O diagnóstico realizado permite, em resumo, sintetizar numa matriz SWOT os elementos principais, evidenciando as especificidades do território da AD ELO, bem como o seu potencial e fragilidades.



6. Identificação dos principais desafios de desenvolvimento

O caraterização do contexto atual por via da análise estatística e documental, a par com a auscultação da comunidade, permitiu identificar um conjunto alargado de desafios do TI da AD ELO que é vertido no presente ponto (os enfoques temáticos, objetivos metas e resultados a atingir serão apresentados no ponto onde se apresenta a EDL). Os principais desafios transversais de desenvolvimento são os seguintes:

- Crescimento populacional através da retenção e atração de população/recursos humanos, evitando o cenário demográfico regressivo, nomeadamente com a aposta na atração de população estrangeira (migrantes) e criação de condições estruturais e de investimento que permitam acolher quem aqui pretende residir e trabalhar (habitação, serviços de proximidade, emprego, etc.).
- Densificação, diferenciação e modernização da base económica local, apostando-se na valorização dos recursos endógenos e das atividades diferenciadoras existentes, nomeadamente em domínios como o setor agroalimentar, pescas e aquacultura, o turismo e serviços, valorizando-se a sustentabilidade ambiental e a digitalização.
- Eficiência e incremento da autonomia do território no domínio da energia e da gestão hídrica como matéria transversal a trabalhar em todos os setores de atividade.
- Apoio ao terceiro setor e ao empreendedorismo social pelo incremento de respostas sociais flexíveis partindo da mobilização de agentes locais para a criação de uma dinâmica de coesão capaz de responder às diversas necessidades da comunidade (envelhecimento, isolamento, novas culturas, etc.).
- Flexibilização de modelos de aprendizagem, capacitação e formação, nomeadamente na promoção do sucesso escolar numa perspetiva de sustentabilidade a médio/longo prazo e reforço da adaptação das ofertas formativas às necessidades de desenvolvimento do território, nomeadamente no setor da agricultura e da economia azul.
- Reforço na investigação, transferência tecnológica e inovação ligadas às áreas de especialização do território, destacando-se a agricultura e a economia azul - pesca/aquacultura/salgado.
- Promoção de um ecossistema favorável ao investimento e criação de emprego adequando a rede de infraestruturas e espaços de suporte à economia local em função dos recursos endógenos e da capacidade instalada no território.
- Preservar o património local, reforçando o sentimento de pertença ao território.
- Valorização de iniciativas agregadoras de produto assente no património, de que é exemplo a consolidação do “Geoparque do Atlântico”, que pretende valorizar o vasto património geológico de excepcional importância, nacional e internacional.
- Gestão eficiente de recursos potenciando a capacidade de resposta e de adaptação através da proteção e gestão ambiental; economia circular; apoio à utilização e refuncionalização de espaços (terrenos agrícolas, florestais, edificado) com o necessário reforço de apoios à conservação e valorização dos recursos hídricos, geológicos, floresta e paisagem (nomeadamente a humanizada).
- Abordagem integrada ao desenvolvimento do território através do reforço de políticas e instrumentos de suporte ao desenvolvimento de base local nos quais se destaca a valorização da abordagem LEADER numa intervenção de proximidade e específica para fazer face às especificidades do TI da AD ELO.

7. Estratégia de Desenvolvimento Local

7.1. Macro Estratégia

A construção da EDL parte da necessidade de garantir que as intervenções estruturantes que lhe dão operacionalidade se adequam à realidade local, já que resultaram da participação ativa de um grande número de atores políticos, sociais e económicos do território, permitindo assim a partilha de experiências e visões diferentes que se traduzem numa mais-valia significativa na construção da EDL do TI da AD ELO. A EDL AD ELO 2030 reflete uma leitura alargada do TI e a ambição de proceder à sua concretização através de abordagens alinhadas com diferentes dimensões de atuação. Será realizada uma procura ativa de financiamentos e intervenções de que são exemplo o DLBC, o INTERREG, a Inovação Social, CLDS, entre outras. Tendo por base esta metodologia participativa elaborou-se a EDL AD ELO 2030 com enfoque nas prioridades de desenvolvimento para este território e os objetivos a alcançar na próxima década.



Deste modo, o quadro estratégico AD ELO 2030 para o TI, encontra-se estruturado nas seguintes dimensões:

- Visão - Corresponde ao cenário esperado com a implementação da EDL
- Agendas Estruturais - Correspondem aos domínios chave e áreas estruturais de atuação tendo em vista o desenvolvimento integrado do TI e os desafios identificados. São as bases de atuação e consolidação estratégica e intersetam de forma direta diversos eixos e objetivos estratégicos.
- Eixos Estratégicos/Enfoques Temáticos - Correspondem aos focos de operacionalização do cenário e domínios estratégicos, aos quais está associado um conjunto alargado de objetivos.
- Áreas de Intervenção/Planos de Ação – É o último nível do quadro estratégico que inclui propostas de operacionalização prática, tendo como promotor a AD ELO (responsabilidade plena ou na qualidade de líder de uma parceria).

Visão AD ELO 2030:

A união e complementaridade entre a Serra e o Mar | Um território resiliente que valoriza a diversidade e complementaridade dos seus recursos e a capacidade da sua comunidade (cidadãos, empresas, associações, administração) como elementos chave para o desenvolvimento integrado e sustentável.

O foco da visão é, pois, a valorização dos fatores distintivos existentes no TI, entre os quais a diversidade de recursos endógenos, que determina a multiplicidade de atividades e modelos territoriais aqui presentes, e a rede de atores locais, também esta densa e diversa e que, com capacidade para atuar de forma articulada e complementar, é a chave para o alcance de resultados em matéria de atratividade, coesão e competitividade.

Para a concretização da Visão AD ELO 2030, e tendo em conta as áreas estruturais de atuação com vista ao desenvolvimento integrado do TI, são assumidas diversas agendas.

Agendas estruturais AD ELO 2030:

- **AE 1 | Demografia e migrações**: focada na dimensão demográfica para o território, uma vez que o contexto atual é de perda, apenas ligeiramente atenuado pela tendência de atração de migrantes, nomeadamente estrangeiros.
- **AE 2 | Energia e ação climática**: focada na promoção da sustentabilidade dos recursos através de medidas de eficiência energética/neutralidade carbónica em todos os setores, apostando na diminuição da dependência energética (produção e consumo local de energia) e na circularidade da economia.
- **AE 3 | Inovação e especialização económica inteligente**: focada no reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação através da criação de sinergias e transferência de conhecimento entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial.
- **AE 4 | Emprego e qualificações**: focada na promoção da economia local, da formação e aprendizagem ao longo da vida, com impacto ao nível da empregabilidade e disponibilidade de recursos humanos qualificados, contribuindo para o desenvolvimento do território.
- **AE 5 | Valorização territorial**: focada na atratividade do território e no equilíbrio entre solo urbano e não urbano (este entendido como as áreas agrícolas e florestais de produção e proteção).
- **AE 6 | Digitalização**: focada no desenvolvimento tecnológico e inclusão digital através da adoção de tecnologias digitais e na melhoria das competências digitais por parte dos cidadãos, empresas e entidades privadas e públicas.

Para a concretização da Visão e Agendas Estruturais AD ELO 2030 é determinante identificar o conjunto de Eixos Estratégicos/Enfoques Temáticos, aos quais estão associados os respetivos objetivos, alinhados com a realidade e desafios atuais (estão caracterizados no formulário de candidatura, onde se identifica o seu enquadramento, os objetivos específicos e o respetivo alinhamento em termos de necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC). Os enfoques temáticos identificados serão operacionalizados através dos diversos Planos de Ação/Projetos/Programas integrados na EDL AD ELO 2030 que venham a obter financiamento, incluindo o Plano de Ação DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030.

Eixos Estratégicos/Enfoques Temáticos EDL AD ELO 2030:

Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural - Aposta na valorização sustentável e diferenciadora do território | Tem como objetivos principais a valorização das atividades agrícolas e florestais, contribuindo para a sua sustentabilidade através do apoio a novas oportunidades de negócio que aumentem o valor dos produtos. Será incentivada a transição digital e energética das empresas, por forma a potenciar uma gestão eficiente dos recursos, podendo beneficiar do ecossistema de investigação e inovação e, concretamente, da ligação positiva entre as universidades e o tecido económico local. Haverá ainda uma aposta na criação e desenvolvimento de cadeias curtas que potenciem a comercialização de proximidade, valorizando os produtos locais, a dieta mediterrânea, a alimentação saudável, a baixa pegada de carbono, consolidando assim a economia local.

Economia azul - Valorização sustentável do cluster do mar | Tem como objetivos principais a valorização sustentável dos recursos marinhos, criando um cluster do mar forte com atividades que se complementam e que potenciam a criação e retenção de valor no território. Foca-se num dos domínios económicos estratégicos, a denominada economia azul (também denominada economia do mar, mas neste caso, alargada a todos os recursos hídricos, ou seja, também os fluviais) que envolve um conjunto vasto de atividades que tem em comum a valorização destes recursos naturais específicos. Assegurar o crescimento da economia do mar pressupõe a capacidade intervir de forma integrada, compreendendo as várias partes que o compõem e criando um contexto favorável à sua qualificação e desenvolvimento sustentado e sustentável. Este enfoque temático será operacionalizado maioritariamente pelo Plano de Ação DLBC/Costeiro Mondego Mar 2030, não mobilizando recursos PEPAC.

Turismo - Aposta na qualificação da oferta e na criação de um destino turístico sustentável | Tem como objetivos principais a qualificação da oferta e a criação de um destino turístico sustentável que se distingue pela diversidade e complementaridade das experiências oferecidas ligadas aos recursos endógenos e às múltiplas tradições ligadas ao mar e à serra. Foca-se num setor com forte tradição a nível local, ainda que apresentando fragilidades evidentes no que toca à estruturação e oferta de produtos e à organização dos seus agentes. No território, encontram-se segmentos de oferta consolidados como é o caso do sol e mar, gastronomia, saúde e bem-estar, náutica, natureza e desporto, já com capacidade de captação e, numa fase embrionária, o turismo científico e residencial/sénior. A diversidade de segmentos que constituem este setor económico no território determina como fundamental o envolvimento dos diferentes atores e o apoio à qualificação da oferta. Neste contexto, assumem especial relevo os projetos integrados e agregadores de todo o território, como é o exemplo do Geoparque do Atlântico.

Investigação e Inovação - Sinergias entre o sistema científico e tecnológico | Tem como objetivos principais a aposta em sinergias e parcerias entre o sistema científico e tecnológico e o território, tendo em vista a valorização e diferenciação de produtos e serviços (existentes e a criar) e a retenção de maior valor acrescentado à escala local. Importa apoiar os agentes de desenvolvimento para que consigam “fazer melhor e

diferente", quer se trate de empresas ou produtores ou de entidades, por exemplo, do terceiro setor.

Eficiência Energética e Hídrica - Apostas em modelos sustentáveis de gestão dos recursos

| Tem como objetivos principais o incentivo à produção de energias renováveis, em modelos sustentáveis de autoconsumo e gestão hídrica, reforçando o apoio e valorização de projetos que contribuam para uma crescente independência do território a nível hídrico e energético e a consequente diminuição de emissões de CO₂. A gestão energética afirma-se atualmente como crítica para o desenvolvimento de qualquer território. É, pois, urgente assegurar uma maior independência energética, nomeadamente através da valorização de fontes renováveis (vento, sol, água) através de sistemas já existentes no mercado e da inovação em sistemas adaptados à realidade local.

Resiliência - Apostas no desenvolvimento sustentável e inteligente | Tem como objetivo principal o reforço do desenvolvimento sustentável e inteligente, consolidando um território seguro para viver e trabalhar que potencie a retenção e a atração de pessoas e atividades, respeitando o equilíbrio entre áreas urbanizadas, humanizadas e naturais e incorpore soluções capazes de atuar na mitigação e adaptação às alterações climáticas. A dimensão resiliência integra domínios de intervenção identificados como chave para estancar efeitos do progressivo abandono do território e para reforçar a competitividade dos concelhos e a economia local (emprego, uso do território e dos recursos e cadeias curtas de distribuição e consumo) e a comunidade (modo de vida e de consumo mais sustentáveis e saudáveis, capacitação para a atenuação e resposta a contextos climáticos extremos), tendo em vista o reforço da proteção de pessoas e bens e um crescente contributo para mitigação das causas e efeitos das alterações climáticas.

Competitividade - Apostas no fortalecimento da base económica local | Tem como aposta principal o fortalecimento da base económica local através do reforço de apoios à produção, modernização e qualificação e da consolidação de um ecossistema empreendedor que promova o emprego qualificado e criativo e o reconhecimento de carreiras profissionais que contribuam para o desenvolvimento local. Foca-se essencialmente no desenvolvimento económico do território através do reforço do ecossistema empreendedor e de suporte à densificação do tecido económico, nomeadamente com o aumento da capacidade de acolhimento de empresas e o apoio ao emprego, consolidando o posicionamento estratégico do TI como hub de inovação, aberto a iniciativas empresariais em setores estratégicos e de especialização.

Inclusão social - Apostas na coesão e equidade | Tem como objetivos principais a coesão e equidade, potenciando a capacidade de reter e atrair população através do reforço de respostas inclusivas e adaptadas à diversidade de necessidades locais e focadas na melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade. Foca-se na inclusão como dimensão estratégica do desenvolvimento integrado do território, numa perspetiva de inversão de fenómenos de perda demográfica exponencial e envelhecimento que condicionam a prossecução do quadro estratégico proposto, uma vez que se verifica uma escassez estrutural de capital humano, essencial à prossecução de todos os eixos e visão de futuro.

A dotação PEPAC a ser mobilizada nos diferentes Enfoques Temáticos da AD ELO 2030 poderá ter uma distribuição percentual como a que se apresenta no formulário de candidatura, onde se procurou encontrar um equilíbrio entre que se pretende alcançar e as dotações financeiras finais que ainda não se conhecem.

7.2. Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030

A definição da Macro Estratégia assenta no pressuposto base que o território é um espaço único e dinâmico, onde se perspetiva uma intervenção integrada na dimensão temporal até 2030. A EDL será operacionalizada por diversos Planos de Ação/Projetos/Programas de Intervenção que irão ser adaptados às características próprias de cada um dos sistemas de financiamento a mobilizar. Neste sentido, é apresentado um exercício previsional que cruza a EDL, os objetivos do PEAPC, a filosofia do DLBC e os Enfoques Temáticos podendo ser identificadas as seguintes áreas de intervenção que serão posteriormente convertidas em medidas ou ações de apoio. Integrado nesta candidatura apresentamos um exercício previsional de proposta para:

Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030 (PEPAC 2030)

Área de intervenção (AI):

- AI.1. +Economia Verde | Apoiar o investimento na modernização das explorações agrícolas e florestais; na transformação e comercialização da produção agrícola e florestal; na criação e consolidação de circuitos curtos de comercialização; na promoção e valorização da dieta mediterrânica e alimentação saudável; na modernização de empresas que apostem na transição digital, energética, bioeconomia, economia circular ou que valorizem as produções locais.
Beneficiários: empresas agrícolas, florestais, de transformação e comercialização e outras entidades que prossigam fins económicos de valorização da economia local.
- AI.2. +Economia Local | Estimular o empreendedorismo, a diversificação das atividades, a criação de emprego, a consolidação e modernização de empresas com impacto local que apostem na preservação e valorização dos recursos endógenos, incluindo as atividades económicas ligadas ao turismo (animação, hotelaria e restauração/gastronomia), artesanato, valorização de produtos agroalimentares (produtos de qualidade) e serviços de proximidade tendo como foco as intervenções sustentáveis, conciliando a produção de baixo carbono, o uso eficiente e sustentável dos recursos com a inclusão social.
Beneficiários: empresários individuais, empresas existentes ou a criar que contribuam para a consolidação do tecido económico local.
- AI.3. +Serviços Básicos Locais | Dinamizar os serviços básicos à população, o reforço ao associativismo local, inovação social, o apoio a iniciativas de empreendedorismo social de base local e serviços de proximidade.
Beneficiários: entidades do terceiro setor, associações, autarquias e outras entidades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

- **AI.4. +Preservação e Valorização do Património** | Investir no património natural, construído, cultural e imaterial, bem como na preservação e valorização de ecossistemas, espaços públicos e equipamentos de suporte que beneficiem a comunidade e contribuam para o reforço da identidade local.
Beneficiários: Entidades privadas, associações, autarquias e outras entidades que contribuam para a preservação e valorização do património local
- **AI.5. +Coesão Territorial** | Desenvolver processos de investimento coletivo e participativo que valorizem o território nas áreas da: promoção de produtos e da dieta mediterrânea, restruturação da propriedade, gestão sustentável de recursos, valorização da floresta, desenvolvimento de estratégias piloto de smart village, infraestruturação e modernização tecnológica e que, no seu conjunto, promovam a consolidação territorial das áreas rurais.
Beneficiários: Entidades privadas, associações, autarquias, GAL/EG e outras entidades, preferencialmente agregadas em parceria que, de forma coletiva, desenvolvam projetos de interesse comum de natureza material e imaterial e que permitam encontrar soluções e respostas para problemas concretos.

A apresentação da proposta de um Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030 tem como objetivo concretizar um pouco mais os Enfoques Temáticos, dado que, nesta fase, a sua natureza ainda é de nível macro e de espectro transversal. Assim num exercício esquemático podemos identificar relações de força entre estas duas dimensões estratégicas como se evidencia no quadro seguinte.

		Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030 (PEPAC 2030)					
		Áreas de Intervenção	AI.1.	AI.2.	AI.3.	AI.4.	AI.5.
Eixos Estratégicos/Enfoques Temáticos AD ELO 2030			+Economia Verde	+Economia Local	+Serviços Básicos Locais	+Preservação e Valorização do Património	+Coesão Territorial
Enfoques Temáticos		Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural	+++	++		+	+
		Economia Azul					
		Turismo	++	+++		+	+
		Investigação e Inovação	++	++	+	+	++
		Eficiência Energética e Hídrica	+++	+++	+	+	++
		Resiliência	+	+	+	+++	+++
		Competitividade	++	+++			++
		Inclusão Social			+++	+	++

Em articulação com a orientações estratégicas do PEPAC o Plano de Ação contribuirá para o cumprimento do “OE8”. Num exercício previsional e de natureza percentual, o Plano de

Ação mobilizará os recursos do PEPAC tendo em conta os indicadores de resultados que se apresentam no quadro seguinte.

Áreas Intervenção e Resultados (PEPAC)		Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030 (PEPAC 2030)												
		AI.1						AI.2		AI.3		AI.4		
		R.9	R.10	R.15	R.18	R.37	R.39	R.37	R.39	R.42	R.41	R.40		
Eixos Estratégicos/Enfoques Temáticos EDL AD ELO 2030	Enfoques Temáticos	8%	3%	3%	3%	3%	3%						23%	
	Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural													
	Economia Azul													
	Turismo	2%						4%	4%				10%	
	Investigação e Inovação	2%						2%					4%	
	Eficiência Energética e Hídrica	3%		5%				3%			2%		13%	
	Resiliência									15%	5%		20%	
	Competitividade							5%	5%				10%	
Inclusão Social								20%					20%	
Total		15%	3%	8%	3%	3%	3%	9%	14%	20%	15%	5%	2%	100%
		35%						23%	20%	15%	7%			

Esta estrutura de Plano de Ação: DLBC/Rural LEADER AD ELO 2030 é uma proposta que deverá ser consensualizada em termos nacionais, fruto da avaliação de todos os processos de reconhecimento do GAL, dando origem a uma estrutura coerente, mas que responda às especificidades locais que o DLBC preconiza dar respostas.

8. Articulação da Estratégia de Desenvolvimento Local

Como parte de um contexto mais alargado, no TI da AD ELO são sentidos e registados problemas comuns a muitos outros locais e comunidades. Neste âmbito, com especial preponderância, quer do ponto de vista estratégico quer financeiro, destaca-se um conjunto alargado de macropolíticas e estratégias, entendendo-se pertinente ressalvar a necessária articulação e integração no TI da AD ELO de agendas de grande relevo como:

- Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) | A concretização dos ODS obriga a que os mesmos sejam assumidos como referenciais em todas as escalas e exercícios de definição estratégica. A redução das desigualdades sociais, medida pela equidade no acesso a bens e serviços essenciais como a alimentação, a saúde, a educação e infraestruturas básicas; a proteção ambiental e promoção da sustentabilidade, por via da aposta na eficiência energética, na mudança dos padrões de consumo, na proteção da biodiversidade e na atuação consertada tendo em vista a mitigação das mudanças climáticas; o desenvolvimento económico, com a promoção do trabalho digno e da inovação para o crescimento industrial e o desenvolvimento urbano sustentável são referenciais/objetivos para os quais devem contribuir as atuações de todas as

entidades e cidadãos, e para o qual a EDL AD ELO 2030 contribuirá de forma significativa.

- Pacto Ecológico Europeu | Consiste num conjunto de iniciativas estratégicas cujo objetivo é alcançar a neutralidade climática da União Europeia até 2050 não negligenciando a construção de uma sociedade justa e próspera, com uma economia moderna e competitiva. Para alcançar esta meta, é sublinhada no Pacto a necessidade de uma abordagem holística e transseitorial, em que todos os domínios de atuação contribuam para o objetivo final relacionado com o clima, tendo como foco a melhoria do bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos e futuras gerações, permitindo o acesso a um conjunto alargado de amenidades. A identificação das Agendas e Objetivos Estratégicos da EDL AD ELO 2030 estão em consonância com estas preocupações globais.
- Acordo de Parceria Portugal 2030 e Plano Estratégico da PAC 2023-2027 | Do ponto de vista estratégico e operacional, associados ao período de programação financeira 2021-2027, temos que identificar como enquadrador da atuação estes instrumentos financiadores, assumindo o PEPAC uma importância crucial, sendo a sua explicitação associada ao plano de ação apresentado posteriormente.
- Visão Estratégica para a Região Centro 2030 e a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) | A Estratégia Regional da Região Centro está consubstanciada no programa Centro 2030 sendo que, em conjunto com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), identificam os vetores da transformação sustentável do território, constituindo-se assim como o pano de fundo da implementação da EDL, já que é visível um elevado alinhamento com os objetivos dos dois documentos enquadradore: ex. “Reforçar o posicionamento institucional e empresarial da Região de Coimbra na valorização da economia azul e da economia verde como vetor de desenvolvimento prioritário da ENEI e da RIS3 do Centro”; “Desenvolver abordagens às questões sociais identificadas como mais relevantes no diagnóstico sub-regional (saúde e envelhecimento em contextos diversos de densidade demográfica e de perda demográfica) baseadas no conhecimento e na cooperação entre centros de produção de conhecimento e serviços públicos de saúde”; “Valorizar recursos endógenos naturais”; “Promover a inovação territorial”.
- Estratégia Regional ao Nível da NUT III Região de Coimbra | Ao nível sub-regional a EDL vai ao encontro das orientações estratégicas definidas, onde identificamos o reforçar do posicionamento institucional e empresarial da Região de Coimbra, da valorização da economia azul e da economia verde como vetores de desenvolvimento prioritário. Analisando a “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra (RC) 2021-2027” podemos ver o alinhamento na consolidação de uma Região de Coimbra +inteligente +verde +conectada +social.